

## SOBRE A RETÓRICA DO NEGACIONISMO DA COVID-19: O CASO FERNANDO NOBRE

ON THE RHETORIC OF COVID-19 NEGATIONISM:  
THE CASE OF FERNANDO NOBRE

CARLOS VIEIRA MONTEIRO<sup>1</sup>  
HENRIQUE JALES RIBEIRO<sup>2</sup>

**Abstract:** In this paper, we aim to frame the perspective of rhetoric and argumentation on the problem of the so-called “negationism” of COVID-19, whereby such a concept is understood to mean not so much, or simply, the rejection of the medical identification of this disease, but, fundamentally, the denial of its gravity and its pandemic amplitude as a matter of public health, and the denial of the measures adopted to combat it, in general, by the competent authorities. The positions defended on the subject by a specialized medical authority but labelled and stigmatized as “negationist” (Fernando Nobre, former visiting full Professor at the Faculty of Medicine of the University of Lisbon, and doctor *honoris causa* by the same University), serve as a case study.

**Keywords:** argumentation, COVID-19, negationism, public health, rhetoric.

**Resumo:** Neste artigo, procura-se enquadrar na perspectiva da retórica e da argumentação a problemática do chamado “negacionismo” da COVID-19, entendendo-se por um tal conceito não tanto ou simplesmente a rejeição da identificação médica dessa doença, mas,

**Résumé:** Cet article cherche à encadrer, dans la perspective de la rhétorique et de l’argumentation, le problème du soi-disant “négationnisme” de la COVID-19. Par ce concept, on entend non pas tant ou simplement le rejet de l’identification médicale de cette mala-

---

<sup>1</sup> Universidade de Coimbra – Faculdade de Letras. Doutorando em Filosofia. Membro colaborador da unidade de I&D da FCT, Instituto de Estudos Filosóficos. CIÊNCIAVITAE: F314-2690-DA2B. email: [cmonteiro@student.fl.uc.pt](mailto:cmonteiro@student.fl.uc.pt) ORCID: 0000-0001-6539-589X

<sup>2</sup> Universidade de Coimbra – Faculdade de Letras. Professor associado, com agregação. Orientador de tese de doutoramento. Membro integrado da unidade de I&D da FCT, Instituto de Estudos Filosóficos. CIÊNCIAVITAE: 5B17-228B-8260 email: [jalesribeiro@fl.uc.pt](mailto:jalesribeiro@fl.uc.pt) ORCID: 0000-0002-9272-940X

fundamentalmente, quer a negação da sua gravidade e a da sua amplitude pandémica como matéria de saúde pública, quer a negação das medidas adotadas para a combater, de maneira geral, pelas autoridades competentes. As posições defendidas sobre o assunto por uma autoridade médica especializada, mas rotulada e estigmatizada como “negacionista” (Fernando Nobre, médico, ex-Professor catedrático convidado da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa e doutor *honoris causa* pela mesma Universidade), servem de caso em estudo.

**Palavras-chave:** argumentação, COVID-19, negacionismo, retórica, saúde pública.

die, mais fondamentalement, à la fois, le déni de sa gravité et de sa portée pandémique en tant que problème de santé publique, et le déni des mesures adoptées pour la combattre, en général, par les autorités compétentes. Les positions défendues sur le sujet par une autorité médicale spécialisée, mais étiquetée et stigmatisée comme “négationniste” (Fernando Nobre, médecin, ancien professeur titulaire invité de la Faculté de Médecine de l’Université de Lisbonne et docteur *honoris causa* de cette Université), servent de cas d’étude.

**Mots-clés:** argumentation, COVID-19, négationnisme, rhétorique, santé publique.

## 1. Introdução: sobre o negacionismo e o seu enquadramento retórico

Falar de “retórica do negacionismo da COVID-19” levanta duas questões: estamos a falar de um fenómeno que é inerentemente retórico? Ou estamos a falar simplesmente de um fenómeno que pode ser analisado através das lentes da retórica (entre outros tipos de abordagens)? A resposta, desde já, é “sim” a ambas as questões, considerando que, no fundo, elas são a mesma: abordar um determinado fenómeno através das lentes da retórica consiste em transformá-lo num fenómeno inerentemente retórico. A nossa ideia de base é muito simples: não existe qualquer doença sem médico(s) e sem paciente(s); particularmente, não existe sem que, com a participação e colaboração ativa do(s) paciente(s), seja feito o respetivo diagnóstico e prescritos, ao longo do tempo, os respetivos tratamentos. Todo este processo é retórico porque, em última análise, é discursivo e argumentativo.<sup>3</sup> Deste ponto de vista, como se verá mais à frente, controversamente, para a retórica não existe finalmente distinção entre a “forma” e a “matéria” do nosso discurso argumentativo.<sup>4</sup> Na verdade, a redução da retórica simplesmente ao estudo da forma desse

<sup>3</sup> Veja-se, sobre o assunto, a bibliografia citada em Frans H. van Eemeren, Bart Garssen & Nanon Labrie, “Argumentation between doctors and patients: Understanding clinical argumentative discourse”, *Argumentation* 37 (2023), 147-152.

<sup>4</sup> Henrique Jales Ribeiro, “A retórica como paradigma filosófico”, *Revista Filosófica de Coimbra* 31 (2022), 9-40.

discurso, em prejuízo da respetiva matéria, constituiu uma das principais razões para a desvalorização filosófica da mesma até, pelo menos, à segunda metade do século XX; e hoje em dia, depois das investigações de Perelman, de Toulmin e de Habermas, e, sobretudo, depois do advento da chamada “pós-modernidade”, não se justifica e deve ser completamente reformulada.<sup>5</sup> Assim sendo, o que convém perguntar é o que é o “negacionismo” da COVID-19 ou em que é que consiste ser um “negacionista” dessa doença, de modo a estabelecermos o que é que queremos abordar do ponto de vista da retórica. Existe (é claro) muita literatura científica sobre o negacionismo da COVID-19 e os respetivos impactos, proveniente de várias áreas, da medicina<sup>6</sup> e sociologia<sup>7</sup> às teorias da comunicação<sup>8</sup> ou ciências da educação,<sup>9</sup> entre outras, incluindo a filosofia.<sup>10</sup> Por si só, esta multidisciplinaridade de abordagens atesta que a COVID-19 é um fenómeno inerentemente retórico, ou seja, há diversas maneiras de falar sobre esta doença, que não são, à primeira vista pelo menos, complementares entre si ou interdisciplinares. Neste artigo, a problemática do negacionismo da COVID-19 será abordada como um fenómeno retórico e numa perspetiva filosófica.

Essencialmente, a expressão “negacionismo da COVID-19” é usada para nos referirmos ao pensamento de indivíduos ou organizações não oficiais que negam certos e determinados aspetos fundamentais da identificação clí-

---

<sup>5</sup> Ribeiro, “A retórica”, 12-14.

<sup>6</sup> Veja-se: Federica M. Magarini *et al.*, “Irrational beliefs about COVID-19: A scoping review”, *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 18 (2021). Acedido em junho de 2023: <https://www.mdpi.com/1660-4601/18/19/9839>; Vitor E. Valenti & Alan Patrício da Silva, “The effect of negationism on public health”, *Journal of Human Growth and Development* 31 (2021), 189-191; Julio Torales *et al.*, “The outbreak of COVID-19 coronavirus and its impact on global mental health”, *International Journal of Social Psychiatry* 66 (2020), 317-320.

<sup>7</sup> Veja-se: Rusi Jaspal & Brigitte Nerlich, “Social representations of COVID-19 skepticism: Denigration, demonization, and disenfranchisement”, *Politics, Groups, and Identities* (2022). Acedido em junho de 2023: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/21565503.2022.2041443>

<sup>8</sup> Veja-se: Christian Fuchs, *Communicating COVID-19: Everyday Life, Digital Capitalism, and Conspiracy Theories in Pandemic Times* (Bingley: Emerald Publishing Ltd., 2021); Nicolas Ajzenman *et al.*, *More Than Words: Leaders, Speech and Risky Behavior During a Pandemic*, 23 de abril de 2020 (rev. 28 de janeiro de 2022). Acedido em junho de 2023: [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=3582908](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3582908)

<sup>9</sup> Ana Paula Morel, “Negationism of the COVID-19 and popular health education: To beyond the necropolitics”, *Trabalho, Educação e Saúde* 19 (2021). Acedido em junho de 2023: <https://www.scielo.br/j/tes/a/pnVbDRJBcdHy5K6NSc4X65f/abstract/?lang=en>.

<sup>10</sup> Veja-se: Vittorio Bufacchi, *Everything Must Change: Philosophical Lessons from the Lockdown* (Manchester: Manchester University Press, 2021); Slavoj Žižek, *Pandemic!: COVID-19 Shakes the World* (New York: OR Books, 2020).

nica dessa doença e da pandemia que resultou da mesma, ou que acreditam em certas narrativas a respeito dela que estão em contraste ou em contradição com as respetivas versões por parte das autoridades de saúde. Quando se fala de “negacionismo”, não parece estar aqui em causa simplesmente a identificação da infeção, mas, mais geralmente, o tratamento e a amplitude pandémica da mesma como matéria de saúde pública. Da perspetiva da retórica, o que podemos verificar é que a classificação, ou o rótulo, de “negacionista” tem uma função específica: a de descredibilizar um indivíduo ou um grupo de indivíduos, sejam eles cientistas ou não, com base nas declarações que proferem sobre a doença. Por outras palavras, tais indivíduos não terão a devida autoridade (designadamente, a científica) para o efeito.<sup>11</sup> Ora, como se verá, uma boa parte dos chamados “negacionistas” proveio principalmente das próprias comunidades científicas (como é o caso, entre muitos outros cientistas, de Fernando Nobre), não dos leigos ou cidadãos sem cultura médica. Na verdade, as divergências no interior dessas comunidades e/ou autoridades de saúde, nos planos nacional e internacional, sobre a forma como lidar com a pandemia (aí incluindo sucessivos confinamentos), abriram um fosso claro, pelo menos durante alguns meses entre 2020 e 2021, entre a ciência e as sociedades civis de maneira geral (ou, se se preferir, a “opinião pública”), que teve implicações ideológicas e políticas muito claras, conduzindo, por exemplo, ao populismo e outras formas demagógicas de ação política. Pergunta sacramental: como e porque é que a ciência (medicina) há de estar errada e/ou não corresponder àquilo que é esperado dela quando necessitamos, dramaticamente, da sua ajuda? Esta confusão entre ciência e política – particularmente, o facto de não se compreender que na própria ciência podem existir conflitos e desacordos mais ou menos graves – conduziu a resultados nefastos, senão mesmo desastrosos, politicamente falando, em alguns países ocidentais.

Agora, a acusação de autoridade inapropriada é uma crítica comum em disputas retóricas, uma vez que é suposto que quem quer que seja que queira persuadir outrem a respeito de uma tese ou alegação qualquer tenha a devida autoridade para o efeito. Mas, no caso da COVID-19, a imputação de falta de autoridade foi tendencialmente grave, considerando não tanto as divergências científicas, acima aludidas, mas, sobretudo, o facto de essa doença ser uma matéria de saúde pública (como mostraram os confinamentos, no ocidente e no oriente). Eventualmente, logo no início da pandemia, existiu a preocupação de os negacionistas (particularmente aqueles, sem formação científica, que invocaram possuir autoridade para falar sobre a COVID-19),

---

<sup>11</sup> Sobre o apelo inapropriado para a autoridade, veja-se Douglas Walton, *Informal Logic: A Handbook for Critical Argumentation* (Cambridge [UK]: Cambridge University Press, 1989), 172-197.

virem a ser criminalizados ou alvo de ações disciplinares por parte das entidades competentes – preocupação essa que esteve relacionada com a necessidade de preservação de direitos humanos fundamentais num contexto pandémico de saúde pública.<sup>12</sup> Seja como for, independentemente da questão da autoridade e de todos os anátemas, o negacionismo sugeria, à partida, que a COVID-19 é um fenómeno retórico: há/houve diversas formas de falar sobre ele; diferentes estratégias para o abordar como matéria de saúde pública, como mostraram no passado as divergências, a que acima aludimos, entre as próprias autoridades de saúde europeias e internacionais sobre essas estratégias. A Suécia, por exemplo, optou, numa primeira fase (ainda antes da descoberta da vacina), pelo contágio infeccioso como forma de aumentar a imunidade de grupo, em contraste com a generalidade dos países europeus (o que acabou por não funcionar e trazer resultados negativos).<sup>13</sup> E, aparentemente, ninguém até agora classificou oficialmente esse país como uma entidade “negacionista”. O que acontece é que, numa perspetiva considerada como “científica” à partida, optou por uma estratégia diferente da da generalidade dos outros países ocidentais para combater a pandemia. Agora, a questão que se levanta é a de saber em que medida é que a COVID-19 pode constituir, como mais acima se disse, um fenómeno “inerentemente retórico”. Para responder a esta questão temos de nos confrontar com os enquadramentos metateóricos das nossas investigações.

Chaïm Perelman, em *A Nova Retórica: Tratado de Argumentação*, desenvolve uma teoria da retórica assente na noção de que a persuasão (que se dá através da “adesão dos espíritos”) de um *auditório* por parte de um *orador* é o que constitui, fundamentalmente, todas as disputas retóricas. A conceção desse filósofo belga é complexa, problemática e controversa, como veremos. O “orador” pode ser uma entidade individual mas também pode ser, especulativamente falando, uma entidade coletiva; o auditório, por sua vez, pode ser mais ou menos particular (um indivíduo, um grupo ou comunidade de indivíduos), ou pode ser mesmo universal.<sup>14</sup> Note-se que, em todo o caso e uma vez bem compreendido o que Perelman nos diz, nem o orador nem, principalmente, o auditório são entidades passivas. O orador tem de partir de premissas previamente aceites pelo auditório por forma a que haja

---

<sup>12</sup> Nina Sun *et al.* “Human rights in pandemics: Criminal and punitive approaches to COVID-19”, *BMJ Global Health* 7 (2022). Acedido em junho de 2023: <https://gh.bmj.com/content/7/2/e008232>.

<sup>13</sup> Nele Brusselaers *et al.*, “Evaluation of science advice during the COVID-19 pandemic in Sweden”, *Humanities and Social Sciences Communications* 9 (2022). Acedido em junho de 2023: <https://www.nature.com/articles/s41599-022-01097-5>

<sup>14</sup> Chaïm Perelman & Lucie Olbrechts-Tyteca, *The New Rhetoric: A Treatise on Argumentation* (Notre-Dame/London: University of Notre Dame Press, 1969), 14-19.

interação; mas o “auditório”, por sua vez, reage e intervém no quadro desse mesmo processo, de tal modo que a tese ou alegação que constitui o ponto de partida pode ser alterada ou até mesmo rejeitada.<sup>15</sup> É deste ponto de vista que, para Perelman, retórica e dialética se identificam. O essencial, na nossa perspetiva, passa pela ideia de que é na interação entre orador e auditório a respeito da tese/alegação a defender que se dá a construção da mesma, seja ela qual for, aí incluindo as teses/alegações científicas propriamente ditas, e de que, portanto, tais teses são fundamentalmente construções retóricas. Isto significa que quaisquer teses/alegações (como é o caso daquelas de que nos ocupamos a respeito da COVID-19) são fundamentalmente construções retóricas e que a COVID-19 ela mesma, enquanto doença pandémica, é uma construção desse tipo. Mais uma vez: dizendo que tal doença é uma construção retórica não estamos a separar ou divorciar a *forma*, por um lado, da *matéria* do nosso discurso, por outro, porque a retórica, do modo como a entendemos, inclui ambas as coisas.

## 2. A retórica da COVID-19, ou a COVID-19 como construção retórica

Dizendo que a COVID-19 é uma “construção retórica”, o que estamos a dizer, desde logo, é que todo o conhecimento humano é, à partida, eminentemente uma construção desse tipo. Independentemente da retórica (mas não à margem da mesma) e como mostra a história da filosofia de Kant em diante, todo o conhecimento humano é uma “construção” no sentido em que, para compreender o mundo, o fazemos de acordo com enquadramentos ou grelha(s) de leitura que são, de uma forma ou de outra, fornecidas pelo próprio sujeito de conhecimento. O enquadramento do autor da *Crítica da Razão Pura* é, como se sabe, o “transcendental”: o das suas categorias do “entendimento”. Mas nada obsta a que esse enquadramento seja diferente, desde que não seja psicologicamente compreendido – como mostra o grande impacto de Kant na filosofia contemporânea, aí incluindo a chamada “filosofia analítica”.<sup>16</sup> Por outras palavras: compreendemos ou lemos o mundo à luz deste ou daquele tipo de enquadramento fornecido pelo sujeito de conhecimento. Resumidamente: mudando de enquadramento/grelha de leitura, mudamos de mundo ou de “conhecimento”.<sup>17</sup> Isto conduziu àquilo a que, vencida que foi a primeira metade do século XX, se começou a chamar a

---

<sup>15</sup> Perelman & Olbrechts-Tyteca, *The New Rhetoric*, 20-40.

<sup>16</sup> Henrique Jales Ribeiro, “Kant e a filosofia analítica contemporânea”, *Revista Filosófica de Coimbra* 57 (2020), 59-98.

<sup>17</sup> Veja-se Henrique Jales Ribeiro, *Argumentação, Pensamento Crítico e Filosofia (E Outros Ensaios)* (Lisboa: Edições Esgotadas, 2019), 41-64.

“theory-ladenness of observation”, que, por sua vez, nos conduziu de Duhem e de outros (nos começos do século XX) a Quine (na segunda metade desse século), levando à defesa da ideia de que a chamada “objetividade” (ou ontologia) da ciência é um mito e de que, para compreender o assunto, temos de recuar estrategicamente a montante: no caso, investigar atentamente a relação esse enquadramento, a que nos referimos, e o mundo, como aconteceu, designadamente, com Popper,<sup>18</sup> ou investigar a forma como o próprio enquadramento é/foi histórica e sociologicamente construído pelas comunidades científicas, como ocorreu com Kuhn.<sup>19</sup> *Portanto, não há nada de novo ou de original quando dizemos, tendo em vista a história da filosofia, que todo o conhecimento humano é uma construção.* O que acontece, em conceções como as de Toulmin e de Perelman, logo nos começos da segunda metade do século XX, é que as estratégias a que aludimos, que se inscrevem no âmbito da chamada “pós-modernidade” e no fim da filosofia (ou metafísica) como investigação sistemática, deixaram de fazer sentido. Uma vez desfeito o mito de que a retórica se ocupa apenas da forma do nosso discurso (não da respetiva matéria), a filosofia é agora identificada, paradigmaticamente, com a própria retórica de maneira geral – não como uma disciplina entre outras da árvore cartesiana do conhecimento, mas, por razões a que teremos oportunidade de voltar ao longo deste artigo, como o tronco dessa mesma árvore.<sup>20</sup>

### 2.1. As múltiplas instâncias do orador e do auditório

Do que foi dito sobre os conceitos de orador e de auditório em Perelman, decorre que a questão de saber o que é um orador e respetivo auditório *depende essencialmente do contexto*. Quando o orador e o auditório são, por exemplo, dois indivíduos que disputam entre si uma dada tese, um orador pode ser simultaneamente o auditório do outro orador e vice-versa. Perelman chega mesmo a sugerir que, na medida em que um dado indivíduo argumenta consigo mesmo, ele constitui o seu próprio auditório.<sup>21</sup> Por outro lado, como ele igualmente sugere a respeito da ciência, é legítimo conceber que a própria comunidade científica pode assumir quer o papel de orador em relação

---

<sup>18</sup> Karl Popper, *O Mito do Contexto: Em Defesa da Ciência e da Racionalidade* (Lisboa: Edições 70, Lda., 2016).

<sup>19</sup> Thomas Kuhn, *A Estrutura das Revoluções Científicas* (Lisboa: Guerra e Paz Editores Lda., 2021).

<sup>20</sup> Henrique Jales Ribeiro, “What argumentation (theory) can do for philosophy in the 21st century”. OSSA Conference Archive (OSSA 10, University of Windsor, Canada, 22-25 de maio de 2013). Acedido em junho de 2023: <https://scholar.uwindsor.ca/cgi/viewcontent.cgi?article=2116&context=ossaarchive>

<sup>21</sup> Perelman & Olbrechts-Tyteca, *The New Rhetoric*, 14.

à sociedade de maneira geral quer, quando considerada no seu conjunto e internamente, o de auditório em relação a este ou àquele cientista ou grupo de cientistas que interagem ativamente com ela.<sup>22</sup> Mas o filósofo belga não tematiza expressamente estas diversas instâncias dos conceitos de orador e de auditório. Tendo em mente a COVID-19, é legítimo conceber que a ciência, quer dizer, as chamadas “autoridades de saúde”, a nível nacional e internacional, assumam o papel de “orador/es” e as sociedades civis correspondentes o de “auditório/s”. Uma tal conceção é particularmente profícua considerando que essa doença foi/é um fenómeno de saúde pública e as sociedades civis de que falamos assumiram um papel preponderante na identificação e tratamento da mesma. Foi deste ponto de vista que dissemos mais acima ser ela, fundamentalmente, uma construção retórica. Contudo, como se disse e considerando especialmente a problemática do negacionismo, nada obsta a que a comunidade científica seja ela mesma interpretada como um auditório em relação a este ou àquele cientista ou grupo de cientistas que disputam retoricamente a credibilidade desta ou daquela tese/alegação geralmente aceite por essa mesma comunidade – é precisamente o caso de Fernando Nobre.

## 2.2. *Desenvolvimentos e aplicações*

Como se disse, numa perspetiva como a de Perelman, quando se trata de persuadir, isto é, de aumentar a intensidade da adesão de um auditório, é imperativo que se realize uma interação intelectual entre o orador (quem produz a argumentação) e o auditório (a quem a argumentação é dirigida) através da qual se dá a formação daquilo a que Perelman chama uma “comunidade efetiva de espíritos”.<sup>23</sup> De maneira geral, a construção de uma tal comunidade consiste numa tentativa de edificar, ou estabelecer, um consenso entre os participantes numa disputa verbal argumentativa, consenso esse que possibilita a tomada de decisões em comum num contexto específico partilhado pelos intervenientes.

O que podemos verificar no fenómeno pandémico da COVID-19 é que este é, fundamentalmente, um fenómeno retórico, no sentido em que o que temos, à partida, é um conjunto de oradores com suposta autoridade apropriada (médicos especialistas e governantes, isto é, as chamadas “autoridades de saúde”), que procuram persuadir um auditório (os cidadãos de maneira geral, que fazem parte do espaço público mediatizado), acerca do que é a COVID-19 e de como é que esta doença pode/deve ser compreendida e combatida. Contudo, como é sabido, um longo período de tempo ocorreu

---

<sup>22</sup> Richard Long, “The role of the audience in Chaïm Perelman’s *The New Rhetoric*”, *Journal of Advanced Composition* 4 (1983), 107-117.

<sup>23</sup> Perelman & Olbrechts-Tyteca, *The New Rhetoric*, 14-17.

entre o aparecimento da doença, por um lado, e a sua identificação clínica e tratamento como matéria de saúde pública, por outro – período esse em que não existiu o consenso necessário no âmbito das próprias comunidades científicas e/ou das diversas autoridades de saúde no plano internacional. Como já se sugeriu, essa falta de consenso foi terreno fértil para o chamado “negacionismo” e, de maneira geral, para a manipulação ideológica e política da pandemia. Devido à rápida propagação de informação inerente ao mundo digitalizado em que vivemos, passou a existir, simultaneamente, uma grande diversidade de “oradores” ou de instâncias mediáticas que se assumiram como tal, e, com ela, uma significativa falta de consistência e coerência nessa mesma informação – o que é/foi dramático. Neste quadro complexo, surge a desinformação e a proliferação de notícias falsas, que muitas vezes são difíceis de identificar. Qualquer pessoa que tenha frequentado sítios da Internet onde há partilha de *media* ou conteúdos de informação facilmente encontrou notificações onde se alertava para que determinado *post* (notícia, artigo de opinião, *podcast*, *tweet*) podia ter informações erradas a propósito da COVID-19, e se oferecia um “*link*” que remetia para entidades “credíveis”. Plataformas como o *Twitter*, o *Facebook*, o *Spotify*, ou o *Google*, forneciam alertas contra o que as suas linhas de orientação consideravam “notícias falsas” ou cujo conteúdo “não foi corroborado por *fact-checkers* independentes”. Após o surto inicial dessa doença em fins de 2019, foi partilhada informação acerca dela em grande escala e com grande rapidez, incluindo, para além de teorias da conspiração, falsidades sobre aspetos como a sua origem, escala, prevenção ou tratamentos. A própria Organização Mundial de Saúde (OMS) preocupou-se com isso e rapidamente empenhou-se em combater a desinformação, designadamente notícias falsas, procurando impedir a propagação de rumores, estigmas e teorias da conspiração entre o público em geral, através de um empreendimento de esforços de monitorização das redes sociais (colaborando com as mesmas), em particular, com a criação de um site de *fact checking* e de uma base de dados com artigos científicos levados a cabo por centros de investigação de todo o mundo sobre a doença.<sup>24</sup> Por sua vez, desde o início da pandemia da COVID-19 os utilizadores de redes sociais desempenharam um importante papel na partilha de conhecimento, incluindo, por exemplo, taxas de morbilidade e mortalidade desta doença, intervenções de especialistas e/ou pseudo-especialistas, disseminação de rumores e teorias da conspiração, etc.<sup>25</sup> Essa doença, e a pandemia que dela

---

<sup>24</sup> Organização Mundial de Saúde (OMS), “Understanding the infodemic and misinformation in the fight against COVID-19”. Acedido em junho de 2023: <https://www.who.int/health-topics/infodemic/understanding-the-infodemic-and-misinformation-in-the-fight-against-covid-19>

<sup>25</sup> Federico Germani *et al.*, “WHO and digital agencies: How to effectively tackle

resultou, trouxe consigo uma preocupação generalizada e institucionalizada sobre a importância de transmitir informação correta, uma vez que se tratava (e, em parte, continua a tratar-se ainda hoje em dia) de uma matéria de saúde pública em que há a necessidade de preservar vidas humanas. Num contexto sanitário global, a desinformação é dramática, como mostram os exemplos de um estudo sobre o consumo de álcool e de produtos de limpeza como “curas” para a COVID-19 – consumo esse que hospitalizou mais de 6000 pessoas no Irão, das quais morreram cerca de 800.<sup>26</sup>

Investigar/conceber o fenómeno pandémico da COVID-19 pela retórica implica reconhecer que esta é/foi uma matéria de saúde pública; e que as questões deste tipo dizem respeito quer a componentes *descritivas* quer a componentes *prescritivas*, uma vez que, em última análise, as ciências da saúde têm o objetivo de *curar* as doenças e tal só é possível se elas forem compreendidas através dessas componentes. Por outras palavras, só é possível o *tratamento* depois do *diagnóstico*. Deste ponto de vista, o que é, então, a COVID-19? A resposta a esta pergunta, numa perspetiva como a de Perelman, é a seguinte: a COVID-19 é *o que é dito da COVID-19* por um orador credível e com autoridade apropriada a um dado auditório num contexto retórico específico. Veremos, mais à frente e a propósito do negacionismo, que a questão da credibilidade e da autoridade está longe de ser pacífica, considerando os conflitos internos à própria comunidade científica. Por agora, o nosso ponto é que a forma daquilo que é dito (e/ou de como é dito) é indissociável da matéria do discurso em causa. Ou seja, segundo esta perspetiva, não existem fundamentos ontológicos para esta (ou qualquer outra) doença independentemente do discurso a respeito da mesma, porque, em última análise, é impossível distinguir uma entidade patológica qualquer da descrição/formulação a respeito da mesma. Por outras palavras, na nossa perspetiva é impossível separar a linguagem da ontologia; porque fazê-lo, e como diria Perelman, é, à partida, já empregar a retórica.<sup>27</sup> A retórica, portanto, é inescapável, e, como tal, tanto o ponto de partida como o ponto de chegada: são os usos persuasivos da linguagem que têm influência na promoção de mudanças de comportamentos e de mentalidades, e esta pandemia tornou claro de que forma esses efeitos comunicacionais são direta e indiretamente moldados por fatores como compreensão, motivação, assistência social, confiança nos sistemas e nas instituições, etc.

---

COVID-19 misinformation online”, *BMJ Global Health* 7 (2022). Acedido em junho de 2023: <https://gh.bmj.com/content/7/8/e009483>

<sup>26</sup> Mohammad Heidari & Nasrin Sayfour, “COVID-19 and alcohol poisoning: A fatal competition”, *Disaster Medicine and Public Health Preparedness* 16 (2022), 2179-2181.

<sup>27</sup> Ribeiro, “A retórica”, 32.

O problema, como Amossy mostra, é que Perelman, em *A Nova Retórica*, não fornece quaisquer descrições firmes sobre como a prática retórica funciona em contextos específicos de disputa verbal e argumentativa, nem mostra como as técnicas argumentativas específicas que são utilizadas nessas disputas funcionam como parte de um esforço persuasivo integrado e total. Isto significa que, aparentemente, os estudiosos da retórica – no caso, os leitores de Perelman – que queiram abordar qualquer fenómeno através das lentes dela, parecem estar dependentes apenas de exemplos gerais que ilustram a teoria que se está a apresentar, e não de orientações normativas sobre como proceder a análise desses mesmos exemplos. Isto deve-se a uma tensão fundamental e não resolvida entre os elementos universais e os elementos situacionais (ou histórico-sociais) presentes no modelo de Perelman, o qual pretende ser simultaneamente universal (ou seja, válido para todo o tempo e lugar) e profundamente consciente da natureza contingente (dependente de contexto) das trocas argumentativas. Esta procura de uma ponte entre o universalismo e o pluralismo causa muitas dificuldades que são difíceis de ultrapassar.<sup>28</sup> Mas Perelman fornece algumas pistas acerca de *como* empreender a análise acima referida: ele fala de enquadramento comunicacional do discurso argumentativo e de condições *sine qua non* deste. De modo a ser possível a ocorrência de uma disputa retórica, tem de existir, em primeiro lugar, concordância entre ambas as partes (orador e auditório) acerca de certos elementos de modo a que haja um grau mínimo de entendimento comum. E se a concordância apenas ocorre e é possível quando há uma mobilização adequada de meios verbais numa situação específica, então todas as técnicas argumentativas dos participantes na interação têm de ser analisadas, assim como circunstâncias e/ou as premissas ideológicas e culturais de cada uma das partes. Bem compreendendo Perelman, é nisto tudo que consiste, o estudo da retórica.<sup>29</sup> A dificuldade está em aplicar o que acabamos de dizer a casos empíricos e concretos, como acontece com o fenómeno da COVID-19, uma vez que parece existir uma variedade complexa de instâncias que funcionam como “oradores” e “auditórios”, e, naturalmente, umas serão mais credíveis do que as outras, mesmo que tal seja difícil de discernir à primeira vista.

---

<sup>28</sup> Ruth Amossy, “Co-constructing the ‘reasonable’ in verbal exchanges: Theory of argumentation and discourse analysis”, in: *Rhetoric and Argumentation in the Beginning of the XXIst Century*, ed. Henrique Jales Ribeiro (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009), 153-166.

<sup>29</sup> Amossy, “Co-constructing the ‘reasonable’”, 156-158.

### 2.3. *A retórica da ciência como retórica da comunidade científica*

As doenças, respetivos diagnósticos e tratamentos, e tudo o que diga respeito a matérias de saúde é sempre mediado pela ciência, e é suposto que esta é produto de uma comunidade de indivíduos com autoridade apropriada, para a qual qualquer um de nós pode apelar. No entanto, isto levanta uma importante questão: constituir uma comunidade é um critério de *ciência* ou da sua identificação como tal? Walter Weimer defende que sim. Segundo ele, a ciência é uma “transação retórica”, ou seja, aquilo em que a ciência consiste passa essencialmente por um processo de argumentação perante um auditório (a comunidade científica) por parte de um orador – o cientista individual ou um grupo de cientistas, que apresentam uma tese (o produto do seu trabalho de investigação) com o objetivo de persuadir o auditório a aceitá-la.<sup>30</sup> Isto consiste em atribuir ao conceito de comunidade científica o papel do “auditório” de Perelman.

Conceber a comunidade científica como auditório levanta um importante problema: esse auditório é uma entidade homogénea? Por outras palavras, aquilo a que chamamos “comunidade científica” é imune a discórdias e à mudança? Segundo Polanyi, numa transação retórica os intervenientes que discordam não se entendem em relação a diferentes enquadramentos de explicação, “pensam de maneira diferente, usam uma linguagem diferente e vivem num mundo diferente”,<sup>31</sup> e se o interveniente a que cabe o papel de orador não consegue persuadir o auditório, então ele é (bem ou mal) excluído da comunidade científica. Tudo depende do seu mérito enquanto argumentador e da persuadibilidade da sua argumentação. Só assim ele pode ganhar a confiança do auditório e convencê-lo da validade (“científica”) da sua posição. Como tal, a “comunidade científica” consiste numa coletividade de indivíduos que funciona como uma instituição de controlo social que legisla o que é chamado de “ciência” e quem é que está autorizado a praticá-la. O consenso entre cientistas acerca do que tem ou não “valor científico” (isto é, o que é viável ou o que tem um interesse que é intrínseco e sistemático) torna-se concreto nas muitas especialidades que compõem a prática científica: como nenhum indivíduo pode ter em conta todas as especialidades e ramificações de uma dada ciência e dos respetivos campos, a avaliação acerca do que é “admissível” – digno de ser considerado conhecimento científico – faz-se depender de *autoridades*, que não são propriamente indivíduos mas redes e cadeias de críticos responsáveis que se mantêm coesos graças a uma confiança recíproca nos juízos uns dos outros.<sup>32</sup>

<sup>30</sup> Walter B. Weimer, “Science as a rhetorical transaction: Toward a nonjustificational conception of rhetoric”, *Philosophy and Rhetoric* 10 (1977), 14-29.

<sup>31</sup> Michael Polanyi, *Personal Knowledge: Towards a Post-Critical Philosophy* (Chicago: University of Chicago Press, 1974), 150-152.

<sup>32</sup> Michael A. Overington, “The scientific community as audience: Toward a rhetorical analysis of science”, *Philosophy & Rhetoric* 10 (1977), 143-157.

John Ziman subscreve a posição de Polanyi: a investigação científica é uma arte prática e social, mas o seu objetivo *não é* a busca pela verdade, mas sim *uma busca pela aceitação e concordância*. No fim de contas, o método científico não é auto-evidente, o que significa que também não é autojustificável.<sup>33</sup> Esta conceção, como já foi sugerido, vai ao encontro da de Kuhn. Segundo este autor, a produção de conhecimento científico é limitada intelectualmente por “uma constelação de compromissos de grupo” ou “matrizes disciplinares”, que comprometem os cientistas individuais, “obrigando-os” a adotar definições consensuais de certos termos, pressuposições metafísicas (conscientes ou não), um conjunto fundamental de valores morais ou os mecanismos para aplicar “adequadamente” metáforas e analogias, sendo que é isso que, essencialmente, constitui a “ciência normal”.<sup>34</sup> Popper, por sua vez, não rejeita completamente esta visão da ciência, mas o principal ponto de disputa entre ele e Kuhn é o modo como ambos vêem a “ciência normal”: Kuhn vê-a como uma entidade essencialmente homogênea na qual existe toda uma série de postulados aceites sem problema (sendo a “ciência em crise” o período no qual esses postulados são revolucionariamente postos em causa e as disputas entre cientistas têm lugar), enquanto que Popper vê a investigação científica como estando inerentemente assente na disputa, ou seja, a chamada “ciência normal” não seria constituída por consensos ou pela homogeneidade mas sim por desacordos e disputas.<sup>35</sup> Quer em Kuhn quer em Popper, no entanto, a escolha entre os enquadramentos (meta) teóricos dessa investigação baseia-se em critérios sociológicos e comunitários e não em princípios intemporais e abstratos de racionalidade.<sup>36</sup> Quer isto dizer que, numa perspetiva retórica, é a forma como a própria comunidade científica funciona nas suas diversas instâncias, e não tanto o suposto estatuto ontológico das chamadas “verdades científicas”, que deve merecer a nossa atenção, porque é sempre em função dessa forma que se procede à análise de argumentos.<sup>37</sup> Toda a ciência consiste em retórica, isto é, em discurso persuasivo e argumentativo. Como tal, uma abordagem retórica da ciência coloca questões fundamentais relacionadas com a prática da mesma: por quem ela é feita, para quem ela é feita, em que é que ela consiste, através de que meios ela é divulgada e com que finalidade é que ela o é.

<sup>33</sup> John Ziman, *Public Knowledge: An Essay Concerning the Social Dimension of Science* (Cambridge: Cambridge University Press, 1968), 7-13.

<sup>34</sup> Kuhn, *A Estrutura*, 73-92, 230-240.

<sup>35</sup> Popper, *O Mito*, 99-100; *Idem*, *A Sociedade Aberta e os Seus Inimigos. Hegel e Marx* (Lisboa: Edições 70, 2017), 337-349; *Idem*, *Conjeturas e Refutações* (Lisboa: Edições 70, 2018), 71-76.

<sup>36</sup> Ulises C. Moulines, *Popper e Kuhn: Dois Gigantes da Filosofia da Ciência do Século XX* (Lisboa: Cofina Media SA, 2015), 103-108.

<sup>37</sup> Overington, “The scientific community”, 157-161.

### 3. Autoridade nas ciências e o *ethos* das instituições

Se a ciência é essencialmente retórica e argumentação, sem prejuízo do estatuto ontológico a que mais acima aludimos, então há que olhar para uma ideia fundamental: a de “validade”. O que é que torna uma determinada posição científica válida? Pondo de lado razões de natureza lógico-formal, que não nos interessam aqui, a resposta é que a validade assenta fundamentalmente no acordo e/ou consenso estabelecido no seio da comunidade científica a respeito dessa posição. É claro que só pode haver acordo/consenso quando há rutura e/ou descontinuidade – o que nos reconduz ao problema retórico da relação orador-auditório. Este ou aquele cientista ou grupo de cientistas, assumindo o papel de orador, pode desafiar as conceções das autoridades conhecidas sobre uma determinada matéria dirigindo-se à comunidade científica que é relevante sobre a mesma na qualidade de seu “auditório”. Por esta via, quer dizer, a montante ainda desse acordo/consenso, o orador deve reunir certas condições por forma a conseguir persuadir e convencer esse auditório. Entre elas, figura, à partida, a da sua credibilidade. Questões como, por exemplo, o seu prestígio, o seu currículo ou reputação, ou o prestígio e reputação da instituição a que está afiliado, tornam-se fundamentais.

A questão da credibilidade do orador prende-se com aquilo a que na retórica clássica se chama o “*ethos*”, que, juntamente com o *logos* e o *pathos*, é uma das componentes ou fatores essenciais do discurso persuasivo.<sup>38</sup> Esses fatores não se expressam independentemente uns dos outros, uma vez que se combinam e complementam entre si de muitas e subtis maneiras, de modo a que o orador procure obter a adesão do auditório através de todos os meios que consiga, sendo o *ethos* aquele fator que se refere ao caráter, credibilidade e grau de confiança do próprio orador.<sup>39</sup> Por outras palavras, o auditório deve estar convencido de que o orador é uma autoridade que merece a sua atenção. Num contexto científico, o orador (o cientista ou grupo de cientistas) deve estabelecer a sua credibilidade como um investigador rigoroso e experiente, o que significa, como tal, que muito do seu *ethos* se faz depender do uso de métodos e metodologias de investigação bem justificadas e bem fundamentadas, se bem que a sua credibilidade possa ser reforçada através de técnicas

---

<sup>38</sup> Christof Rapp, “Aristotle’s Rhetoric”, *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2 de maio de 2002 (rev. 15 de março de 2022). Acedido em junho de 2023: <https://plato.stanford.edu/archives/spr2022/entries/aristotle-rhetoric/>

<sup>39</sup> Cornelia Ilie, “Rhetoric, Classical”, in: *Encyclopedia of Language & Linguistics*, ed. Keith Brown (Amsterdam: Elsevier Ltd., 2006), 573-579; Augusto Di-Miceli, “Social rhetoric in the time of COVID-19: The art of compliance”, 7 de fevereiro de 2021. Acedido em junho de 2023: <https://blogs.lse.ac.uk/psychologylse/2021/02/07/social-rhetoric-in-the-time-of-covid-19-the-art-of-compliance/>

retóricas como o apelo à *similitude*, que sinaliza a pertença a uma comunidade de investigadores, ou o apelo à *deferência*, que sinaliza respeito pelo trabalho de outros investigadores.<sup>40</sup> Tendo em conta que o trabalho científico se desenvolve através de complexas redes de investigação e trabalhos que os cientistas citam e referenciam (pois, como já se sugeriu, é impossível a um cientista individual ter conhecimento de todos os estudos e trabalhos de investigação que são feitos dentro do âmbito da comunidade científica e dos seus variados campos), os apelos e referências a outros investigadores e outros trabalhos de investigação são não apenas razoáveis mas uma *necessidade* para o cientista, uma vez que, sem eles, ele nunca se poderia ocupar da sua própria investigação. No entanto, há algo com que o cientista tem de ter cuidado: o apelo indevido à autoridade. A razoabilidade exige que se tenha em conta quando uma autoridade é ou não apropriada logo que a mesma é contestada. O problema – dada a complexidade da investigação científica e respetivos enquadramentos – é que os critérios que definem quem é ou não autoridade parecem ser tantos como os contextos em que se dá uma disputa retórica. No caso da pandemia da COVID-19, o *ethos* foi empregado de modo a transmitir credibilidade e confiança nas autoridades médicas especializadas (virologistas e infetologistas, designadamente) e a “legitimar” certas medidas de confinamento impostas pelas entidades governamentais. Esta pandemia veio chamar a atenção para os mecanismos por detrás da comunicação de entidades públicas e políticas, nomeadamente a capacidade de assegurar que os cidadãos considerem que tipo de mensagens, recomendações e diretivas é que são credíveis e fidedignas num contexto de crise sanitária.<sup>41</sup>

Muitos dos estudos conduzidos sobre comunicação em crise enfatizaram o papel que a *confiança* tem ao assegurar que as mensagens são compreendidas,<sup>42</sup> chegando mesmo a afirmar-se que este é “um fator primordial para que as comunidades respondam positivamente à comunicação governamental”.<sup>43</sup> Apesar deste aparente consenso em relação ao importante papel da confiança, muitas vezes esta não é claramente definida

---

<sup>40</sup> Lara Varpio, “Using rhetorical appeals to credibility, logic, and emotions to increase your persuasiveness”, *Perspectives on Medical Education* 7 (2018), 207-210.

<sup>41</sup> Collin Syfert, “Letters to power: Authority appeals in the communication of scientific consensus”, in: *Science Communication in Times of Crisis*, ed. Pascal Hohaus (Amsterdam: John Benjamins, 2022), 41-64.

<sup>42</sup> Amanda Boyd *et al.*, “Exploring the role of trust in health risk communication in Nunavik, Canada”, *Polar Record* 55 (2019), 235-240; Brooke F. Liu *et al.*, “Communicating crisis uncertainty: A review of the knowledge gaps”, *Public Relations Review* 42 (2016), 479-487.

<sup>43</sup> Brooke Liu & Amisha Mehta, “From the periphery and toward a centralized model for trust in government risk and disaster communication”, *Journal of Risk Research* 24 (2020), 853-869.

ou concetualizada,<sup>44</sup> e frequentemente na literatura sobre a confiança e os fatores que a estabelecem, (re)constituem ou mantêm, aparecem conceitos como “honestidade”, “competência”, “empatia”, “abertura” ou “interesse comum”,<sup>45</sup> os quais se prendem com aquilo que é o *ethos* das instituições. O problema é que o *ethos* é sempre uma componente *qualitativa*, que está *constantemente a ser renegociada e reavaliada* por parte de um auditório em relação a um orador e respetivos artefactos retóricos (que estão sempre contextualizados e localizados).<sup>46</sup> Num contexto de crise (como é o caso desta pandemia), é particularmente importante um entendimento nuanceado da comunicação do orador por parte do auditório, e com isso não nos estamos a referir necessariamente apenas ao discurso em si: em situações como estas, o *ethos* ganha um papel particularmente importante, uma vez que a comunicação é feita não por um orador mais ou menos qualificado mas por várias instâncias. Estamos a falar de governos e de chefes de estado com poderes significativos, mas não só: instituições que não sejam governamentais, mas que possuam a devida autoridade cognitiva e/ou científica, têm responsabilidades públicas porque essa autoridade, teoricamente falando, sobrepõe-se, em princípio, à das instituições governamentais e/ou estaduais (que é “administrativa”, quer dizer, legislativa, executiva e/ou regulativa). Se essas diferentes instâncias/autoridades não estiverem de acordo entre si, temos um sério problema que, em grande parte e como temos vindo a sugerir, esteve/está na origem do negacionismo da COVID-19.

### 3.1. O problema filosófico das autoridades em conflito

Um problema fundamental que é recorrente nos apelos à confiança na ciência é que, frequentemente, eles funcionam com base na pressuposição não assumida de que a comunidade científica desempenha apenas o papel de “orador” e não o de “auditório”. Uma tal pressuposição implica desvalorizar completamente o papel do negacionismo, como veremos a propósito do caso de Fernando Nobre. Como já se disse, invocando expressamente as teorias

---

<sup>44</sup> George Chrysoschoidis *et al.*, “Public trust in institutions and information sources regarding risk management and communication: Toward integrating extant knowledge”, *Journal of Risk Research* 12 (2009), 137-185.

<sup>45</sup> Lisa S. Meredith *et al.*, “Trust influences response to public health messages during a bioterrorist event”, *Journal of Health Communication* 12 (2007) 217-232; J. Richard Eiser *et al.*, “Trust me, I’m a scientist (not a developer): Perceived expertise and motives as predictors of trust in assessment of risk from contaminated land”, *Risk Analysis: An International Journal* 29 (2009), 288-297.

<sup>46</sup> Truls Strand Offerdal *et al.*, “Public ethos in the pandemic rhetorical situation: Strategies for building trust in authorities’ risk communication”, *Journal of International Crisis and Risk Communication Research* 4 (2021), 247-270.

de Perelman, não é isso que necessariamente acontece: quando considerada internamente, na perspectiva da retórica, não é a “ciência”, propriamente dita, que produz teses, mas sim os cientistas individuais ou os grupos de cientistas, apesar de tanto estes como aqueles dependerem da comunidade científica, quer dizer, dos respetivos auditórios. Os problemas surgem quando um indivíduo com reconhecida competência e credibilidade na sua área de especialidade científica (como parece ter acontecido com Nobre) afirma algo que vai contra o que a esmagadora maioria dos membros da comunidade científica estipula. Perante uma situação como esta, o que torna esse orador individual digno da confiança do auditório (leia-se: o cidadão comum e leigo sobre as matérias em disputa)? Defendemos que o próprio trabalho de investigação em si, no âmbito desta ou daquela comunidade científica, se faz com recurso a apelos internos à autoridade apropriada ou o que é suposto dever constituir a mesma, como acontece quando uma dada autoridade, estabelecida, é contestada ou desafiada e outra pretende assumir essa função. É este precisamente o caso de alguns cientistas “negacionistas”, porque, obviamente e como temos vindo a sugerir, também os houve. Este fenómeno é particularmente interessante e merece a nossa atenta reflexão e discussão.

### 3.2. O caso de Fernando Nobre

Para ilustrar esta problemática o melhor é usar um exemplo concreto, ao qual temos vindo a aludir desde o princípio deste artigo: o do doutor Fernando Nobre (ex-Professor catedrático convidado da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa e doutor *honoris causa*, em medicina, pela mesma Universidade), que fez declarações públicas que contrariaram as teses em que assenta grande parte do consenso científico em relação à pandemia da COVID-19 – declarações essas que levaram a que ele fosse uma das principais personalidades públicas portuguesas a ser acusada de “negacionista”.

O que torna o caso de Fernando Nobre particularmente relevante na questão do “negacionismo da COVID-19” é que, em termos retóricos, Nobre é (pelo menos teoricamente) detentor de *ethos*: é médico, com uma vasta experiência clínica, professor universitário especializado, político e fundador da Assistência Médica Internacional (AMI). No entanto, as suas declarações recorrentes sobre a pandemia conduziram a que, em 21 de setembro de 2021, fosse noticiada a abertura de um processo disciplinar contra ele por parte da Ordem dos Médicos.<sup>47</sup> Entre as declarações controversas proferidas

---

<sup>47</sup> Lusa/TSF, “Protesto negacionista. Ordem dos Médicos abre processo disciplinar a Fernando Nobre”, *TSF Rádio Notícias*, 21 de setembro de 2021. Acedido em junho de 2023: <https://www.tsf.pt/portugal/sociedade/ordem-dos-medicos-abre-processo-disciplinar-a-fernando-nobre-fundador-da-ami-14145305.html>; Vera Lúcia Arreigoso, “Covid-19.

por Nobre encontram-se, por exemplo, a de que não é possível uma infeção assintomática,<sup>48</sup> a de que a COVID-19 tem a mesma letalidade que a gripe,<sup>49</sup> a de que os testes PCR têm pouca fiabilidade e representam quase inteiramente falsos positivos,<sup>50</sup> ou a de que certos fármacos (como azitromicina, hidroxicloroquina e ivermectina) são eficazes no tratamento da doença.<sup>51</sup> A 22 de outubro de 2020, Nobre apelou aos deputados da Assembleia da República para que votassem contra a obrigatoriedade do uso de máscara na rua, alegando que estavam em questão direitos e liberdades fundamentais em relação a um tema que, supostamente, não teria consenso científico, e, em declarações à Agência Lusa feitas por essa altura, defendeu que a Constituição assegura um conjunto de garantias quanto à defesa desses direitos e liberdades, que, no seu entender, seriam postos em causa com a aprovação da obrigatoriedade do uso de máscara na via pública:

Sinto-me coagido nas minhas liberdades, direitos e garantias que são indeclináveis e que não podem estar sujeitas a interpretações porque isso pode-se tornar perigoso. Daí eu apelar para que os senhores deputados, que o senhor Presidente da República (que é constitucionalista e jurista) e que o Tribunal Constitucional, por favor zelem pelos direitos, liberdades e garantias de todos os cidadãos portugueses.<sup>52</sup>

Numa manifestação pública ocorrida a 11 de setembro de 2020 e na qual participou, Nobre considerou, em declarações que proferiu, “inacreditável” vacinar crianças e jovens dos 12 aos 16 anos e referiu que se tratou a si próprio da infeção, assim como à mulher e à filha, com medicamentos que

---

Ordem dos Médicos abre processo disciplinar contra Fernando Nobre”, *Expresso*, 21 de setembro de 2021. Acedido em junho de 2023: <https://expresso.pt/sociedade/2021-09-21-Covid-19.-Ordem-dos-Medicos-abre-processo-disciplinar-contra-Fernando-Nobre-c5b78624>

<sup>48</sup> Maria Leonor Gaspar, “Fernando Nobre diz que ‘não há infetados assintomáticos’ de COVID-19. Verdade ou falsidade?”, *Polígrafo*, 21 de novembro de 2020. Acedido em junho de 2023: <https://poligrafo.sapo.pt/fact-check/fernando-nobre-diz-que-nao-ha-infetados-assintomaticos-de-covid-19-verdade-ou-falsidade>

<sup>49</sup> Filipa Traqueia, “Fernando Nobre: ‘O vírus da gripe já não existe’ e a Covid-19 tem ‘a letalidade de uma gripe’. Será?”, *Polígrafo*, 8 de maio de 2021. Acedido em junho de 2023: <https://poligrafo.sapo.pt/fact-check/o-virus-da-gripe-ja-nao-existe-e-a-covid-19-tem-a-letalidade-de-uma-gripe>

<sup>50</sup> Arreigoso, “Covid-19”.

<sup>51</sup> Arreigoso, “Covid-19”.

<sup>52</sup> Lusa, “Fernando Nobre apela à rejeição da obrigatoriedade de máscara na rua”, *Jornal de Notícias*, 22 de outubro de 2020. Acedido em junho de 2023: <https://www.jornaldenegocios.pt/economia/coronavirus/detalhe/fernando-nobre-apela-a-rejeicao-da-obrigatoriedade-de-mascara-na-rua>

não eram/são aconselhados para a COVID-19.<sup>53</sup> Para além disto, sublinhou que o uso da máscara pode ter consequências perversas em relação às três condições indicadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para definir o conceito de saúde, designadamente o “bem-estar físico, mental e social”, em particular na infância, onde pode ter “um efeito [negativo] no desenvolvimento psicológico e cognitivo reconhecido.”<sup>54</sup> Na sua página pessoal na rede social *Facebook*, Nobre apelou para que os deputados, independentemente da sua filiação partidária, cumpram “o seu dever de defender a Constituição”:

O meu dever de consciência para com a Humanidade, como médico, cidadão e democrata obriga-me a manifestar o meu desacordo frontal com esta lei, por um Portugal, uma Europa, um mundo livre de ditaduras, onde os direitos humanos e constitucionais sejam respeitados e invioláveis.<sup>55</sup>

Em entrevista a Rui Unas no *podcast* “Maluco Beleza”, Nobre afirmou o seguinte:

Confunde-se testes positivos com pessoas infetadas. Uma pessoa infetada é alguém que apresenta uma sintomatologia de uma infeção, seja ela qual for. Não há infetados assintomáticos (...). O doente quando vai à consulta do médico, ou está a mentir ou o médico é incompetente e não descobre um sintoma que pode estar escondido. (...) A COVID-19 tem necessariamente de apresentar uma sintomatologia. Não há doentes com COVID-19 sem sintomatologia. Está hoje demonstrado por publicações muito sérias nas melhores revistas de medicina que os assintomáticos não transmitem a doença.<sup>56</sup>

Já num vídeo partilhado nas redes sociais, Nobre afirmou que “a letalidade dessa doença [COVID-19] é a letalidade de uma gripe”, reforçando essa afirmação com valores numéricos. Segundo ele, nos infetados a letalidade é “de 1 a 2%” e a nível global (em relação à população mundial) é de “0,003%”.<sup>57</sup>

Declarações como estas levaram a que fosse noticiada a abertura de um processo disciplinar da Ordem dos Médicos (OM) contra Nobre.<sup>58</sup> Alexan-

<sup>53</sup> Lusa/TSF, “Protesto negacionista”.

<sup>54</sup> Lusa, “Fernando Nobre”.

<sup>55</sup> Lusa, “Fernando Nobre”.

<sup>56</sup> Gaspar, “Fernando Nobre diz”.

<sup>57</sup> Traqueia, “Fernando Nobre”.

<sup>58</sup> *SIC Notícias*, “Ordem dos Médicos vai abrir processo disciplinar a Fernando Nobre”, 15 de setembro de 2021. Acedido em junho de 2023: <https://sicnoticias.pt/pais/2021-09-15-Ordem-dos-Medicos-vai-abrir-processo-disciplinar-a-Fernando-Nobre-55fd8efb>; *Jornal Público*, “Covid-19: Fernando Nobre alvo de processo disciplinar pela Ordem dos

dre Valentim Lourenço, Presidente do Conselho Regional da OM, em declarações à Agência Lusa, confirmou, na altura, que deu entrada uma queixa e que se abriu o aludido processo, o qual terá um “prazo de instrução, de averiguação e de avaliação”, adiantando também que “os processos disciplinares são da responsabilidade dos conselhos disciplinares onde o médico está inscrito”, e que a queixa recebida na OM terá sido “relativa à interpelação que Nobre fez junto à Assembleia da República”, quando decorria a manifestação a que acima nos referimos.<sup>59</sup> Dias mais tarde, no entanto, Miguel Guimarães, bastonário da OM (na altura), desmentiu a notícia de que teria sido aberto um processo disciplinar contra Fernando Nobre.<sup>60</sup>

### 3.2.1. Caso concreto: a participação à ERC

A 22 de setembro de 2021 foi apresentada por Fernando Nobre uma participação à Entidade Reguladora da Comunicação Social (ERC) contra a notícia publicada no *Diário de Notícias*, com o título “Ordem dos Médicos abre processo disciplinar a Fernando Nobre” (datada de 21 de setembro de 2021). A deliberação da ERC foi publicada a 14 de setembro de 2022.<sup>61</sup> Segundo a mesma, o participante afirma que a peça em questão é atentatória “ao bom nome do Dr. Fernando Nobre, fundador da AMI, e ao grupo que se manifestou frente à Assembleia da República no dia 11 de setembro de 2021”, e ressalta ainda que “a notícia afirma que se trata de uma manifestação de ‘negacionistas’, um termo pejorativo e propagandístico [ênfase nossa], o que

---

Médicos”, 21 de setembro de 2021. Acedido em junho de 2023: <https://www.publico.pt/2021/09/21/sociedade/noticia/covid19-fernando-nobre-alvo-processo-disciplinar-ordem-medicos-1978292>; DN/Lusa, “Ordem dos Médicos abre processo disciplinar a Fernando Nobre”, *Diário de Notícias*, 21 de setembro de 2021. Acedido em junho de 2023: <https://www.dn.pt/sociedade/ordem-dos-medicos-instaura-processo-disciplinar-a-fernando-nobre-14144984.html>; Ana Cristina Marques & Agência Lusa, “Ordem dos Médicos abre processo disciplinar contra Fernando Nobre”, *Observador*, 21 de setembro de 2021. Acedido em junho de 2023: <https://observador.pt/2021/09/21/ordem-dos-medicos-abre-processo-disciplinar-contra-fernando-nobre/>

<sup>59</sup> Vera Novais, “Bastonário da Ordem dos Médicos: ‘Não há nenhum processo disciplinar contra Fernando Nobre’”, *Observador*, 16 de setembro de 2021. Acedido em junho de 2023: <https://observador.pt/2021/09/16/ordem-dos-medicos-abre-inquerito-disciplinar-a-fernando-nobre-depois-de-declaracoes-falsas-sobre-a-pandemia/>

<sup>60</sup> Novais, “Bastonário”.

<sup>61</sup> Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), *Participação contra o Diário de Notícias a propósito da publicação da notícia ‘Ordem dos Médicos abre processo disciplinar a Fernando Nobre’*, 14 de setembro de 2022. Acedido em junho de 2023: <https://www.erc.pt/document.php?id=NThkZTA4ZGGQtYzM0MC00MTYwLTk4N2EtNDU0ZDFmNjQ2MzM5>

coloca em causa a imparcialidade e objetividade a que o jornalista tem de obedecer”.<sup>62</sup>

O denunciado, em sua defesa, afirmou que “todos os factos relatados são verdadeiros e constituem a narração lícita de atos e situações públicas e publicamente disponíveis”, e que “o ponto de partida para o artigo (...) foram informações que chegaram ao Jornal via Lusa”, entre as quais se encontram o facto de Fernando Nobre “se ter manifestado contra a vacinação de crianças e jovens dos 12 aos 16 anos”, o de referir que “se tratou a si próprio da infeção, assim como à mulher e à filha”, o de declarar publicamente “não aceitar a vacinação contra a COVID-19”, o de alegar que “o resultado dos testes PCR são falsos positivos”, o de recusar usar máscara e o de defender o uso de “medicamentos que não têm eficácia comprovada no tratamento da COVID-19”.<sup>63</sup> O denunciado referiu ainda que “outros órgãos de comunicação social portugueses também se referem à manifestação onde participou Fernando Nobre como ‘negacionista’ ou ‘de negacionistas’”, argumentando que “os dados factuais, públicos e notórios que a Organização Mundial de Saúde e, de resto, as autoridades médicas de todo o mundo têm colocado à disposição de governos e dos cidadãos, apontam excelentes resultados e demonstram a eficácia que a(s) vacina(s) contra o vírus SARS-CoV-2 têm apresentado”. Como tal, “perante semelhante quadro, quem afirma que a COVID-19 é fruto de uma ‘conspiração’ e/ou quem recusa a vacinação e contesta a eficácia da mesma, é, nesse sentido, um ‘negacionista’ [ênfase nossa]” e “integra aquilo que hoje compõe o movimento negacionista que se vem espalhando pelo mundo”. No entanto, o denunciado considera que “não se trata de ‘rotular’ ou ‘catalogar’ alguém”, pois “*a expressão existe, e existe no dicionário, para definir o grupo de pessoas que afirmam, no caso de que nos ocupamos, que a COVID-19 não existe ou é obra de um ‘negócio’ das farmacêuticas e laboratórios, e/ou quem recusa a vacinação e contesta a eficácia da mesma, ou que não se deve usar máscaras, ou como fez Fernando Nobre, quando se afirma que o resultado dos testes PCR são falsos positivos* [ênfase nossa]”. Destaca ainda que “foram publicados múltiplos artigos jornalísticos e não apenas jornalísticos que se referem ao fenómeno em tais termos”, citando os exemplos de artigos de Manuel Delgado e José Pacheco Pereira.<sup>64</sup>

Tendo analisado a participação, por um lado, e a defesa do denunciado, por outro, o Conselho Regulador da ERC deliberou nos seguintes termos: apesar de as fontes de informação se encontrarem devidamente identificadas, considera-se que, “tratando-se de um contexto de crise sanitária, a aborda-

<sup>62</sup> ERC, *Participação*.

<sup>63</sup> ERC, *Participação*.

<sup>64</sup> ERC, *Participação*.

gem jornalística dada pelo ‘*Diário de Notícias*’ deveria ter providenciado um enquadramento mais amplo e fundamentado da problemática [ênfase nossa]”, e “sensibilizar para a necessidade de, doravante, diligenciar no sentido de um mais amplo e rigoroso enquadramento dos factos noticiados [ênfase nossa].”<sup>65</sup>

### 3.2.2. Retórica da comunicação social e retórica das ciências: *fact-checking* e “verdade”

Como podemos testemunhar, a COVID-19 é um fenómeno que foi/é sempre mediado e/ou mediatizado pela comunicação social. A própria comunicação faz-se retoricamente: um jornalista (que escreve uma peça ou um dado artigo noticioso) funciona como um orador que tenta persuadir o seu auditório virtual (os leitores) sobre as circunstâncias em que ocorreu um determinado evento; sobre os respetivos factos. Faz parte da obrigação deontológica do jornalista a tarefa de transmitir a “verdade”, que, neste caso, é sobre a COVID-19 e a pandemia que resultou desta doença. Perante a multiplicidade de leitores e eventuais oradores (entre os quais se encontram potenciais autoridades, como é o caso de Fernando Nobre), que decorreu da enorme proliferação de informação sobre a mesma pandemia, faz parte (pelo menos teoricamente) da responsabilidade dos jornalistas identificar a “falsidade” e distingui-la da “verdade” – tarefa a que convencionalmente se chama “*fact-checking*” (em português, “verificação de factos”). Mas, como veremos já de seguida, a questão de saber o que é a “verdade”, quer na ciência quer na comunicação social, é muito complexa, pelo menos na perspetiva da retórica, e está longe de ser inofensiva.

### 3.2.3. O *fact-checking* das declarações de Fernando Nobre

O jornal português de “*fact-checking*”, *Polígrafo*, dedicou vários artigos às declarações de Fernando Nobre. A 8 de maio de 2021, a propósito das declarações de Nobre sobre a letalidade da COVID-19 proferidas na sua página de *Facebook*, o referido jornal publicou uma peça na qual classificou as mesmas declarações como “falsas” (usando uma escala própria do jornal).<sup>66</sup> Citando dados do *Our World in Data*, a peça afirma que a taxa de letalidade mundial era (segundo dados disponíveis até 5 de maio) “de 2,09% no mundo e 2,03% em Portugal”, o que significa que “no que toca à letalidade global, Nobre falha na percentagem, considerando que existem 7,7 mil milhões de pessoas no mundo e que até 5 de maio de 2021 mais de 3 milhões de doentes

<sup>65</sup> ERC, *Participação*.

<sup>66</sup> Traqueia, “Fernando Nobre”.

de COVID-19 morreram”, sendo, portanto, a percentagem de óbitos à volta de 0,04% da população mundial, e não 0,003%, como afirmava Nobre.<sup>67</sup> A mesma peça cita declarações de Ana Paula Rodrigues, médica de Saúde Pública no Departamento de Epidemiologia do Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, nas quais se afirma que “a letalidade por COVID-19 é superior à letalidade por gripe”, apesar de se realçar que “o sistema de vigilância de COVID-19 é um sistema universal, [em que] todas as infeções diagnosticadas têm de ser notificadas, [enquanto que] a vigilância da gripe é feita com base em sistemas sentinela que usam apenas uma amostra da população”, sendo que “são realizados mais testes de deteção SARS-COV-2 em comparação com o número de testes para a deteção do vírus da gripe”.<sup>68</sup>

Noutra peça, datada de 17 de setembro de 2021 e dedicada às declarações de Nobre sobre o tratamento da COVID-19 com azitromicina, hidroxicloroquina e ivermectina, o mesmo *Polígrafo* deu a essas declarações a classificação de “falso”.<sup>69</sup> De acordo com a peça, no início da pandemia a hidroxicloroquina chegou a ser apontada como uma terapêutica antiviral experimental, mas as autoridades de saúde acabaram por decidir não continuar a utilizar o medicamento. Num documento da Direção-Geral da Saúde (DGS) de 23 de março de 2020, intitulado “Abordagem do doente com suspeita ou infeção por SARS-CoV-2”, indicava-se que a hidroxicloroquina, a par do remdesivir e do lopinavir/ritonavir, “são terapêuticas antivirais experimentais, porque ainda não têm evidência científica para esta indicação terapêutica específica (COVID-19)”.<sup>70</sup> No dia 29 de maio e seguindo orientações da OMS, o INFARMED (Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde) e a DGS decidiram recomendar a suspensão do tratamento com o fármaco em doentes com COVID-19, após um “estudo com mais de noventa mil doentes infetados”, publicado pela revista *The Lancet*, a 22 maio de 2020, que “levou a OMS a suspender a inclusão de novos doentes em tratamento com hidroxicloroquina no ensaio clínico global *Solidarity* – ensaio esse que estava a decorrer em vários países e ainda estava em fase de implementação em Portugal, onde “não houve doentes incluídos até à data”, segundo um comunicado de imprensa do INFARMED.<sup>71</sup> Segundo o mesmo comunicado, os autores do estudo referem “não ter conseguido confirmar o benefício da

---

<sup>67</sup> Traqueia, “Fernando Nobre”.

<sup>68</sup> Traqueia, “Fernando Nobre”.

<sup>69</sup> Maria Leonor Gaspar, “Fernando Nobre: Covid-19 trata-se ‘com azitromicina, hidroxicloroquina e ivermectina.’ Confirma-se?”, *Polígrafo*, 17 de setembro de 2021. Acedido em junho de 2023: <https://poligrafo.sapo.pt/fact-check/fernando-nobre-covid-19-trata-se-com-azitromicina-hidroxicloroquina-e-ivermectina-confirma-se>

<sup>70</sup> Gaspar, “Fernando Nobre”.

<sup>71</sup> Gaspar, “Fernando Nobre”.

hidroxicloroquina ou da cloroquina nestes doentes”, apontando um acréscimo de efeitos adversos potencialmente graves, incluindo “um aumento da mortalidade”, durante a hospitalização de doentes com COVID-19 – conclusões que teriam de ser confirmadas através de ensaios clínicos aleatórios e controlados, uma vez que esse estudo apresentava várias limitações. Neste sentido, a OMS decidiu suspender os ensaios clínicos em curso, até nova avaliação em junho. No dia 4 de julho, a OMS tomou mesmo a decisão de descontinuar a utilização da hidroxicloroquina em doentes hospitalizados. Segundo uma nota publicada na sua página oficial, “os resultados interinos dos testes demonstram que a hidroxicloroquina e a lopinavir/ritonavir diminuem pouco ou nada a mortalidade de pacientes com COVID-19 hospitalizados, comparando com os tratamentos convencionais”. Já a Autoridade do Medicamento dos Estados Unidos (“FDA”, na sigla inglesa), numa nota publicada em setembro, explicou que “não autorizou ou aprovou a ivermectina para utilização na prevenção ou no tratamento da COVID-19 em humanos ou animais”, sublinhando que “tomar grandes doses de ivermectina é perigoso”.<sup>72</sup> O próprio INFARMED indicou que “dadas as limitações metodológicas nos ensaios em que a ivermectina foi utilizada, e as dúvidas quanto à dose adequada e sua segurança no âmbito da infeção causada pelo SARS-CoV-2, não existem evidências que apoiem a utilização deste medicamento na profilaxia e tratamento da COVID-19”.<sup>73</sup>

Noutra peça, datada de 21 de novembro de 2020, dedicada à entrevista na qual Nobre afirmou que “não há infetados assintomáticos” e que “os assintomáticos não transmitem o vírus”, o *Polígrafo* classificou estas declarações como “Pimenta na língua” (o nível máximo da escala de falsidade)<sup>74</sup>. Segundo Pedro Simas, virologista do Instituto de Medicina Molecular da Universidade de Lisboa citado pela peça, “os assintomáticos contagiam porque têm infeção produtiva e fazem disseminação do vírus na saliva”, sendo comum na virologia a existência de “infeções que não se traduzem em sinais clínicos visíveis”, levando, portanto, à doença assintomática, embora isso não signifique “que o vírus não se esteja a replicar” e que “não se produzam partículas virais para o meio exterior através de gotículas”.<sup>75</sup> A principal razão para o novo coronavírus ter tanto potencial pandémico “é precisamente porque a maioria das infeções não tem qualquer sinal clínico. Mas se se for analisar as células da nasofaringe, o vírus está lá, embora clinicamente isso possa ser impercetível”, sublinha. Por sua vez, João Júlio Cerqueira, médico de Medicina Geral e Familiar e criador do Projeto “Scimed”, também citado

---

<sup>72</sup> Gaspar, “Fernando Nobre”.

<sup>73</sup> Gaspar, “Fernando Nobre”.

<sup>74</sup> Gaspar, “Fernando Nobre diz”.

<sup>75</sup> Gaspar, “Fernando Nobre diz”.

pela peça, classifica as ideias defendidas por Nobre na entrevista como “pura mentira”, considerando ser “vergonhoso um médico fazer tais declarações” e definindo o conceito de portador assintomático como “uma pessoa infectada que não apresenta qualquer sintoma mas pode infectar outros”, como acontece com patologias infecciosas como febre tifóide, cólera, tuberculose ou poliomielite.<sup>76</sup> Finaliza remetendo para as conclusões de um artigo da revista científica *Nature*, datado de 18 de novembro e intitulado como “O que dizem os dados sobre as infeções assintomáticas de COVID”,<sup>77</sup> no qual se indica que “as pessoas sem sintomas podem transmitir o vírus”, embora seja “um desafio estimar a sua contribuição para os surtos”. De acordo com esse artigo, “uma em cada cinco pessoas infectadas não terá sintomas”. Já na página oficial da OMS informa-se que “com ou sem sintomas, as pessoas infectadas podem ser contagiosas” e que os “dados laboratoriais sugerem que as pessoas infectadas tendem a ser mais infecciosas antes de desenvolverem sintomas e em estágios iniciais da doença”.<sup>78</sup>

#### 4. Retórica e “verdade”

Ao analisarmos estas peças jornalísticas, uma coisa parece evidente: o chamado *fact-checking* faz-se depender de apelos para autoridades supostamente credíveis, sejam elas cientistas especialistas nas áreas em questão ou entidades como a OMS e a DGS. Independentemente da credibilidade das entidades e dos especialistas em questão e/ou da razoabilidade dos respetivos argumentos, o que podemos verificar, do ponto de vista da retórica, é que qualquer uma dessas instâncias tende a ser concebida pelos meios de comunicação social como desempenhando simplesmente o papel de “orador” perante um vasto auditório que será a opinião pública de maneira geral. E uma tal conceção não é completamente inapropriada na perspetiva da retórica, como se disse no início deste artigo invocando as teorias de Perelman. No entanto, como também já vimos, a própria comunidade científica, *quando considerada internamente*, pode desempenhar simultaneamente os dois papéis (“orador” e “auditório”). Como ilustra a história da ciência de maneira geral e Kuhn exemplificou brilhantemente em *A Estrutura das Revoluções Científicas*, o principal auditório de qualquer cientista começa por ser a pró-

---

<sup>76</sup> Gaspar, “Fernando Nobre diz”.

<sup>77</sup> Bianca Nogrady, “What the data say about asymptomatic COVID-19 infections”, *Nature* 587 (2020), 534-535.

<sup>78</sup> Organização Mundial de Saúde (OMS), “Q&A: How is COVID-19 transmitted?” Acedido em junho de 2023: <https://www.who.int/vietnam/news/detail/14-07-2020-q-a-how-is-covid-19-transmitted>

pria comunidade científica, não a opinião pública. Mas, é claro, nada obsta a que esse mesmo cientista possa dirigir-se simultaneamente a uma tal opinião, sobretudo quando interesses profissionais (integração na comunidade a que pertence, emprego, salário, etc.) forem decisivamente postos em causa. Tudo depende do contexto, como mostra o caso Fernando Nobre e a sua polémica com a Ordem dos Médicos. Agora, a ciência, como o jornalismo, é produto de retórica: consiste numa interação intelectual entre orador e auditório, qualquer que seja a forma como estes são concebidos. O que ambas as áreas têm em comum é (em teoria) a busca pela verdade e pelos chamados “factos”. Mas as coisas não são tão simples assim, uma vez que a ciência ela mesma (no âmbito do que temos vindo a chamar “pós-modernidade”) *não tem* critérios ontológicos absolutos de verdade. Foi precisamente o que mostrou Kuhn, no livro mencionado, apelando não para a epistemologia e a ontologia, mas para a história e a sociologia. Nenhum método científico assenta ou pode assentar numa demarcação epistemologicamente irreduzível entre corroboração e falsificação porque, como se sugeriu, não existe uma oposição irreduzível entre o “verdadeiro” e o “falso”. Por outras palavras, o que chamamos “verdade” é sempre, retoricamente falando, uma questão de convenção, ou acordo, que se dá entre uma instância que funciona como “orador” e outra que funciona como “auditório”, num contexto retórico específico (que pode ser mais ou menos abrangente). No que toca ao jornalismo, o próprio *fact-checking* é uma matéria complexa e não tão inocente como parece à primeira vista, como muitos autores já vieram dizer.<sup>79</sup> Desde logo, parece ignorar a história e filosofia da ciência, que, como mostraram Popper e Kuhn, está cheia de casos em que as posições de um dado cientista começaram por ser descredibilizadas para, algum tempo depois, virem a ser geralmente aceites; e vice-versa: começaram por ser aceites pelas comunidades científicas relevantes para, mais tarde, serem desautorizadas. Em princípio, um jornalista não possui a autoridade ou credibilidade necessárias para, na ausência de uma formação científica especializada, vir a opinar sobre o que é suposto ser “falso” ou “verdadeiro” em relação a uma determinada matéria que requeira essa formação, ou a apelar casuisticamente para instâncias (supostamente) autorizadas para o efeito. A maior parte dos jornalistas em Portugal, designadamente, não tem qualquer formação, academicamente

---

<sup>79</sup> Veja-se: Lucas Graves, *Deciding What's True: The Rise of Political Fact-Checking in American Journalism* (New York: Columbia University Press, 2016); Linda M. G. Zerilli, “Fact-checking and truth-telling in an age of alternative facts”, *Primary* 6 (2020), 1-22; Kelly Riddell, “Eight examples where ‘fact-checking’ became opinion journalism”, *The Washington Times*, 26 de setembro de 2016. Acedido em junho de 2023: <https://www.washingtontimes.com/news/2016/sep/26/eight-examples-where-fact-checking-became-opinion/>

falando, sobre ciência (nomeadamente, a medicina e as chamadas “ciências físico-naturais”); de resto, de maneira geral e salvo honrosas exceções, não possui qualquer formação pós-graduada no próprio jornalismo que lhes assegure essa formação. A consequência de tudo isto, quanto à pandemia da COVID-19, foi o aprofundamento do fosso entre ciência (medicina) e as sociedades civis, nacionais ou internacionais, correspondentes. Qual é a linha que separa *fact-checking* de opinião? Que recursos argumentativos estão por detrás da classificação de determinada notícia como “verdadeira” ou “falsa”? Qual é a credibilidade ou razoabilidade dos mesmos? Seguramente, quanto a esta última questão, não é a chamada “objetividade” (ou “ontologia”) da ciência. Se há algo para que Perelman chama a nossa atenção, no seu tempo e na linha de Kuhn, é precisamente a ideia de que a ciência (a física, em particular) se funda no acordo ou consenso entre os membros das diversas comunidades científicas (não na ontologia) e nos fatores, sociológicos e outros, que estão na base do mesmo (como aqueles a que temos vindo a aludir a propósito do “*fact-checking*”).

## 5. Conclusão

Quando falamos da retórica do “negacionismo da COVID-19” o que estamos a fazer é a chamar a atenção para uma abordagem da racionalidade humana muito particular, que, na sequência de Perelman, assenta na interação argumentativa entre duas instâncias: orador e respetivo auditório, qualquer que seja a forma que cada uma dessas instâncias pode assumir. No caso em apreço ao longo deste artigo, i.e., o conflito entre Fernando Nobre e a Ordem dos Médicos, optámos por relativizá-las (na linha de Kuhn) como fazendo parte de uma problemática interna à própria comunidade científica. Mas, como se disse logo no início, nada impede que a instância de “orador” seja estendida ou alargada, deste ou daquele modo, a essa comunidade no seu conjunto, e a de auditório, por sua vez, à (chamada) “opinião pública” de maneira geral. De resto, é precisamente para um tal alargamento que apontam as implicações ideológicas e políticas do negacionismo como contestação da pandemia da COVID-19, enquanto matéria de saúde pública, como mostraram, na Europa e no ocidente de maneira geral, os sucessivos confinamentos a que essa pandemia obrigou. Mais: nada obsta a que os dois tipos de abordagem se cruzem entre si, como mostra o impacto das alegações de Nobre junto da sociedade civil portuguesa (não, aparentemente, junto das comunidades científicas, nacionais e internacionais). Em qualquer dos casos, sendo a COVID-19 uma matéria de saúde pública, essa doença é um fenómeno retórico por excelência – uma construção, como começámos por dizer. Aquilo que ela é ou deixa de ser é estabelecido ou construído no quadro da

interação (ou processo retórico) que pode assumir qualquer uma das formas (e respetivas instâncias) de “orador” e “auditório” que foram aludidas e atentamente analisadas ao longo deste artigo.

No que toca ao “negacionismo da COVID-19”, o que podemos constatar é que o rótulo de “negacionismo” é/foi sobretudo propagado pelos meios de comunicação social com o propósito de, através do seu uso, desacreditar as posições daqueles intervenientes que, principalmente no âmbito da própria comunidade científica, contestam e/ou contestaram a identificação médica/clínica dessa doença em toda a sua extensão e compreensão, designadamente, a sua gravidade e morbilidade pandémica. As sociedades civis ocidentais e orientais não estavam (nem continuam a estar) devidamente preparadas para assimilar e compreender devidamente o facto de que na ciência podem existir conflitos, desacordos e divergências internas profundas, antes de se chegar a um consenso mais ou menos geral (quando ele é possível). O que, como já se disse, conduziu a um fosso ou a uma clivagem desastrosa entre aquilo que é suposto normalmente ser a ciência e respetivos predicados (universalidade, necessidade e intemporalidade, designadamente) e essas mesmas sociedades. Esse fosso fez/faz da COVID-19, na perspetiva da história da retórica, uma experiência social, cultural e política única, senão mesmo excecional, a nível global. O rótulo de “negacionista” pressupõe, implicitamente, uma conceção de ciência manifestamente errada, na perspetiva da qual ela é uma entidade homogénea sem qualquer possibilidade de verdadeira discórdia interna ou ausência de um alargado consenso. E é assim que a ciência continua a ser entendida pela opinião pública de maneira geral, mais de cinquenta anos depois do advento da chamada “pós-modernidade”. Deste ponto de vista, intervenções públicas como as de Fernando Nobre, que é médico e foi professor universitário prestigiado nessa área, portanto, membro integrante da comunidade científica portuguesa, não podiam ser aceites no âmbito da “ciência” porque iam contra o que é suposto constituir o consenso a que aludimos. Como vimos, o impacto social desta visão deturpada da ciência assentou, numa interpretação à luz das teorias de Perelman, em conceber a “comunidade científica” como um “orador” cujo único “auditório” seria externo, quer dizer e no caso de Nobre, a sociedade civil nacional de maneira geral, ou, se se preferir, a “opinião pública” portuguesa. Mais uma vez: o problema, tendo em mente o que dissemos ao longo deste artigo, está em que o rótulo de “negacionista” cria tacitamente a ideia de uma visão da ciência que não corresponde àquilo que ela é, isto é, a de que a ciência (a medicina) é uma entidade que produz necessariamente e a todo o tempo “verdade” sem qualquer possibilidade de desacordos ou conflitos internos. Ora, por mais paradoxal que tal possa parecer, foi precisamente a contestação dessa ideia – contestação racional e, na altura em que foi apresentada,

pelo menos conjeturalmente plausível – que tornou o negacionismo em Portugal, de certo modo, popular; particularmente depois de terem sido impostas restrições às liberdades individuais com os primeiros confinamentos a que a COVID-19 obrigou. Em rigor, nunca foi claro para quem Nobre estava a falar precisamente: se o fazia apenas para as comunidades científicas nacionais e internacionais ou, simultaneamente, para as sociedades civis correspondentes, que obviamente eram/são leigas em matérias científicas – o que gerou grandes confusões e aproveitamentos ideológicos e políticos nefastos. Nesta ordem de ideias, há um “bom” e um “mau” negacionismo; e não nos repugna incluir o negacionismo de Nobre – muito embora e finalmente esse médico estivesse errado (quer em matéria de diagnóstico quer em matéria de tratamento da COVID-19) – no âmbito do primeiro. Mas “estar errado”, por parte de um cientista, nesta como em quaisquer outras matérias e como se defendeu ao longo deste artigo apelando filosoficamente para Kuhn e para Popper, é uma circunstância normal no âmbito das comunidades científicas e, portanto, não significa necessariamente “incompetência” científica e/ou profissional – ao contrário do que é/foi sugerido, perversa e maliciosamente, pelo chamado “fact-checking” das declarações de Nobre. Portanto, bem-haja ao doutor *honoris causa*, em medicina, da Universidade de Lisboa, que deu um contributo fundamental para a promoção dos estudos, em Portugal e no estrangeiro, da medicina humanitária.

## Bibliografia

- Ajzenman, Nicolas *et al.* “More Than Words: Leaders, Speech and Risky Behavior During a Pandemic”, 23 de abril de 2020 (rev. 28 de janeiro de 2022). Acedido em junho de 2023: [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=3582908](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3582908)
- Amossy, Ruth. “Co-constructing the ‘reasonable’ in verbal exchanges: Theory of argumentation and discourse analysis”, in: *Rhetoric and Argumentation in the Beginning of the XXIst Century*, ed. Henrique Jales Ribeiro (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009), 153-166.
- Arreigoso, Vera Lúcia. “Covid-19. Ordem dos Médicos abre processo disciplinar contra Fernando Nobre”, *Expresso*, 21 de setembro de 2021. Acedido em junho de 2023: <https://expresso.pt/sociedade/2021-09-21-Covid-19.-Ordem-dos-Medicos-abre-processo-disciplinar-contra-Fernando-Nobre-c5b78624>
- Boyd, Amanda D. *et al.* “Exploring the role of trust in health risk communication in Nunavik, Canada”, *Polar Record* 55 (2019), 235–240.
- Brusselaers, Nele *et al.* “Evaluation of science advice during the COVID-19 pandemic in Sweden”, *Humanities and Social Sciences Communications* 9 (2022). Acedido em junho de 2023: <https://www.nature.com/articles/s41599-022-01097-5>.

- Bufacchi, Vittorio. *Everything Must Change: Philosophical Lessons from the Lockdown*. Manchester: Manchester University Press, 2021.
- Chryssochoidis, George *et al.* “Public trust in institutions and information sources regarding risk management and communication: Toward integrating extant knowledge”, *Journal of Risk Research* 12 (2009), 137-185.
- Di-Miceli, Augusto. “Social rhetoric in the time of COVID-19: The art of compliance”, 7 de fevereiro de 2021. Acedido em junho de 2023: <https://blogs.lse.ac.uk/psychologylse/2021/02/07/social-rhetoric-in-the-time-of-covid-19-the-art-of-compliance/>.
- DN/Lusa. “Ordem dos Médicos instaura processo disciplinar a Fernando Nobre”, *Diário de Notícias*, 21 de setembro de 2021. Acedido em junho de 2023: <https://www.dn.pt/sociedade/ordem-dos-medicos-instaura-processo-disciplinar-a-fernando-nobre-14144984.html>
- Eemeren, Frans van, Garssen, Bart & Labrie, Nanon. “Argumentation between doctors and patients: Understanding clinical argumentative discourse”, *Argumentation* 37 (2023), 147-152.
- Eiser, J. Richard *et al.* “Trust me, I’m a scientist (not a developer)”: Perceived expertise and motives as predictors of trust in assessment of risk from contaminated land”, *Risk Analysis: An International Journal* 29 (2009), 288-297.
- Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC). *Participação contra o Diário de Notícias a propósito da publicação da notícia ‘Ordem dos Médicos abre processo disciplinar a Fernando Nobre’*, 14 de setembro de 2022. Acedido em junho de 2023: <https://www.erc.pt/document.php?id=NThkZTA4ZGQtYzM0MC00MTYwLTk4N2EtNDU0ZDFmNjQ2MzM5>.
- Fuchs, Christian. *Communicating COVID-19: Everyday Life, Digital Capitalism, and Conspiracy Theories in Pandemic Times*. Bingley: Emerald Publishing Ltd., 2021.
- Gaspar, Maria Leonor. “Fernando Nobre diz que ‘não há infetados assintomáticos’ de COVID-19. Verdade ou falsidade?”, *Polígrafo*, 21 de novembro de 2020. Acedido em junho de 2023: <https://poligrafo.sapo.pt/fact-check/fernando-nobre-diz-que-nao-ha-infetados-assintomaticos-de-covid-19-verdade-ou-falsidade>
- \_\_\_\_\_. “Fernando Nobre: Covid-19 trata-se ‘com azitromicina, hidroxicloroquina e ivermectina.’ Confirma-se?”, *Polígrafo*, 17 de setembro de 2021. Acedido em junho de 2023: <https://poligrafo.sapo.pt/fact-check/fernando-nobre-covid-19-trata-se-com-azitromicina-hidroxycloroquina-e-ivermectina-confirma-se>
- Germani, Federico *et al.* “WHO and digital agencies: How to effectively tackle COVID-19 misinformation online”, *BMJ Global Health* 7 (2022). Acedido em junho de 2023: <https://gh.bmj.com/content/7/8/e009483>
- Gibbons, Abbie. “Expert opinion / appeal to authority”, *Science Exposed*, 2015. Acedido em junho de 2023: <http://ds-wordpress.haverford.edu/psych2015/projects/chapter/expert-opinionappeal-to-authority/>
- Graves, Lucas. *Deciding What’s True: The Rise of Political Fact-Checking in American Journalism*. New York: Columbia University Press, 2016.

- Heidari, Mohammad & Sayfour, Nasrin. “COVID-19 and Alcohol Poisoning: A Fatal Competition”, *Disaster Medicine and Public Health Preparedness* 16 (2022), 2179-2181.
- Ilie, Cornelia. “Rhetoric, Classical”, in: *Encyclopedia of Language & Linguistics*, ed. Keith Brown (Amsterdam: Elsevier Ltd., 2006), 573-579.
- Islam, M. Saiful *et al.* “COVID-19-Related infodemic and its impact on public health: A global social media analysis”, *American Journal of Tropical Medicine and Hygiene* 103 (2020), 1621-1629.
- Jaspal, Rusi & Nerlich, Brigitte. “Social representations of COVID-19 skeptics: Denigration, demonization, and disenfranchisement”, *Politics, Groups, and Identities* (2022). Acedido em junho de 2023: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/21565503.2022.2041443>
- Jornal Público. “Covid-19: Fernando Nobre alvo de processo disciplinar pela Ordem dos Médicos”, 21 de setembro de 2021. Acedido em junho de 2023: <https://www.publico.pt/2021/09/21/sociedade/noticia/covid19-fernando-nobre-alvo-processo-disciplinar-ordem-medicos-1978292>
- Kuhn, Thomas S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*, trad. Carlos Marques. Lisboa: Guerra e Paz Editores Lda., 2021.
- Liu, Brooke F. & Mehta, Amisha. “From the periphery and toward a centralized model for trust in government risk and disaster communication”, *Journal of Risk Research* 24 (2020), 853-869.
- Liu, Brooke F. *et al.* “Communicating crisis uncertainty: A review of the knowledge gaps”, *Public Relations Review* 42 (2016), 479-487.
- Long, Richard. “The role of the audience in Chaïm Perelman’s *The New Rhetoric*”, *Journal of Advanced Composition* 4 (1983), 107-117.
- Lusa. “Fernando Nobre apela à rejeição da obrigatoriedade de máscara na rua”, *Jornal de Notícias*, 22 de outubro de 2020. Acedido em junho de 2023: <https://www.jornaldenegocios.pt/economia/coronavirus/detalhe/fernando-nobre-apela-a-rejeicao-da-obrigatoriedade-de-mascara-na-rua>.
- Lusa/TSF. “Protesto negacionista. Ordem dos Médicos abre processo disciplinar a Fernando Nobre”, *TSF Rádio Notícias*, 21 de setembro de 2021. Acedido em junho de 2023: <https://www.tsf.pt/portugal/sociedade/ordem-dos-medicos-abre-processo-disciplinar-a-fernando-nobre-fundador-da-ami-14145305.html>
- Magarini, Federica *et al.* “Irrational beliefs about COVID-19: A scoping review”, *International Journal of Environmental Responsibility and Public Health* 18 (2021). Acedido em junho de 2023: <https://www.mdpi.com/1660-4601/18/19/9839>
- Marques, Ana Cristina & Agência Lusa. “Ordem dos Médicos abre processo disciplinar contra Fernando Nobre”, *Observador*, 21 de setembro de 2021. Acedido em junho de 2023: <https://observador.pt/2021/09/21/ordem-dos-medicos-abre-processo-disciplinar-contra-fernando-nobre/>
- Meredith, Lisa S. *et al.* “Trust influences response to public health messages during a bioterrorist event”, *Journal of Health Communication* 12 (2007) 217-232.
- Morel, Ana Paula M. “Negationism of the COVID-19 and popular health education: To beyond the necropolitics”, *Trabalho, Educação e Saúde* 19 (2021). Acedido em junho de 2023: <https://www.scielo.br/j/tes/a/pnVbDRJBcdHy5K6NS-c4X65f/abstract/?lang=en>

- Moulines, Ulises C. *Popper e Kuhn: Dois gigantes da filosofia da ciência do século XX*. Trad. de Filipa Velosa. Lisboa: Cofina Media SA, 2015.
- Nogrady, Bianca. “What the data say about asymptomatic COVID-19 infections”, *Nature* 587 (2020), 534-535
- Novais, Vera. “Bastonário da Ordem dos Médicos: ‘Não há nenhum processo disciplinar contra Fernando Nobre’”, *Observador*, 16 de setembro de 2021. Acedido em junho de 2023: <https://observador.pt/2021/09/16/ordem-dos-medicos-abre-inquerito-disciplinar-a-fernando-nobre-depois-de-declaracoes-falsas-sobre-a-pandemia/>
- Offerdal, Truls Strand *et al.* “Public ethos in the pandemic rhetorical situation: Strategies for building trust in authorities’ risk communication”, *Journal of International Crisis and Risk Communication Research* 4 (2021), 247-270.
- Organização Mundial de Saúde (OMS). “Understanding the infodemic and misinformation in the fight against COVID-19”. Acedido em junho de 2023: <https://www.who.int/health-topics/infodemic/understanding-the-infodemic-and-misinformation-in-the-fight-against-covid-19>.
- \_\_\_\_\_. “Q&A: How is COVID-19 transmitted?”. Acedido em junho de 2023: <https://www.who.int/vietnam/news/detail/14-07-2020-q-a-how-is-covid-19-transmitted>
- Overington, Michael A. “The scientific community as audience: Toward a rhetorical analysis of science”, *Philosophy & Rhetoric* 10 (1977), 143-64.
- Perelman, Chaïm & Olbrechts-Tyteca, Lucie. *The New Rhetoric: A Treatise on Argumentation*, transl. J. Wilkinson & P. Weaver. Notre-Dame/London: University of Notre Dame Press, 1969.
- Polanyi, Michael. *Personal Knowledge: Towards a Post-Critical Philosophy*. Chicago: University of Chicago Press, 1974.
- Popper, Karl. *O Mito do Contexto: Em Defesa da Ciência e da Racionalidade*, tradução de Paula Taipas. Lisboa: Edições 70, 2016.
- \_\_\_\_\_. *A Sociedade Aberta e os Seus Inimigos: Hegel e Marx*, trad. de Miguel Freitas da Costa. Lisboa: Edições 70, 2017.
- \_\_\_\_\_. *Conjeturas e Refutações*, trad. de Benedita Bettencourt. Lisboa: Edições 70, 2018.
- Rapp, Christof. “Aristotle’s Rhetoric”, *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2 de maio de 2002 (rev. 15 de março de 2022). Acedido em junho de 2023: <https://plato.stanford.edu/archives/spr2022/entries/aristotle-rhetoric/>.
- Ribeiro, Henrique Jales. “What argumentation (theory) can do for philosophy in the 21st century”. OSSA Conference Archive (OSSA 10, University of Windsor, Canada, 22-25 de maio de 2013). Acedido em junho de 2023: <https://scholar.uwindsor.ca/cgi/viewcontent.cgi?article=2116&context=ossaarchive>
- \_\_\_\_\_. *Argumentação, Pensamento Crítico e Filosofia (E Outros Ensaíos)*. Lisboa: Edições Esgotadas, 2019.
- \_\_\_\_\_. “Kant e a filosofia analítica contemporânea”, *Revista Filosófica de Coimbra* 57 (2020), 59-98.
- \_\_\_\_\_. “A retórica como paradigma filosófico”, *Revista Filosófica de Coimbra* 31 (2022), 9-40.

- Riddell, Kelly. “Eight examples where ‘fact-checking’ became opinion journalism”, *The Washington Times*, 26 de setembro de 2016. Acedido em junho de 2023: <https://www.washingtontimes.com/news/2016/sep/26/eight-examples-where-fact-checking-became-opinion/>
- SIC Notícias. “Ordem dos Médicos vai abrir processo disciplinar a Fernando Nobre”, 15 de setembro de 2021. Acedido em junho de 2023: <https://sicnoticias.pt/pais/2021-09-15-Ordem-dos-Medicos-vai-abrir-processo-disciplinar-a-Fernando-Nobre-55fd8efb>
- Sun, Nina *et al.* “Human rights in pandemics: Criminal and punitive approaches to COVID-19”, *BMJ Global Health* 7 (2022). Acedido em junho de 2023: <https://gh.bmj.com/content/7/2/e008232>
- Syfert, Collin. “Letters to power: Authority appeals in the communication of scientific consensus”, in: *Science Communication in Times of Crisis*, ed. Pascal Høhus (Amsterdam: John Benjamins, 2022), 41–64.
- Torales, Julio *et al.* “The outbreak of COVID-19 coronavirus and its impact on global mental health”, *International Journal of Social Psychiatry* 66 (2020), 317–320.
- Traqueia, Filipa. “Fernando Nobre: ‘O vírus da gripe já não existe’ e a Covid-19 tem ‘a letalidade de uma gripe’. Será?”, *Polígrafo*, 8 de maio de 2021. Acedido em junho de 2023: <https://poligrafo.sapo.pt/fact-check/o-virus-da-gripe-ja-nao-existe-e-a-covid-19-tem-a-letalidade-de-uma-gripe>
- Valenti, Vitor E. & da Silva, Alan Patrício. “The effect of negationism on public health”, *Journal of Human Growth and Development* 31 (2021), 189–191.
- Varpio, Lara. “Using rhetorical appeals to credibility, logic, and emotions to increase your persuasiveness”, *Perspectives on Medical Education* 7 (2018), 207–210.
- Walton, Douglas. *Informal Logic: A Handbook for Critical Argumentation*. Cambridge [UK]: Cambridge University Press, 1989.
- Weimer, Walter B. “Science as a rhetorical transaction: Toward a nonjustificational conception of rhetoric”, *Philosophy and Rhetoric* 10 (1977), 1–29.
- Zerilli, Linda M. G., “Fact-checking and truth-telling in an age of alternative facts”, *Primary* 6 (2020), 1–22.
- Ziman, John. *Public Knowledge: An Essay Concerning the Social Dimension of Science*. Cambridge: Cambridge University Press 1968.
- Zizek, Slavoj. *Pan(dem)ic!: COVID-19 Shakes the World*. New York: OR Books, 2020.

